MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
Av. Lindolfo Monteiro nº 911, 3º andar (Núcleo Cível)
Ed. Maria Luiza Fortes, Bairro Fátima
Teresina-PI

OFÍCIO Nº 151/2022 – PJFEIS

EXTRAJUDICIAL

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 04/2022

25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (SIMP nº 000005-426/2022)

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO SANTA RITA

NOTIFICADO: PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVADO SANTA RITA

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, representado pelo Promotor de Justiça da 25ª Promotoria das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Teresina-PI, no uso de suas atribuições legais e na defesa dos **PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE, e DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA**, com fundamento no artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, que autoriza o Ministério Público a "expedir notificações nos procedimentos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva", vem expor, notificar, recomendar e requerer o que segue:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129; art. 6, XX da Lei Complementar 75/93, artigo 8º, I; Lei nº. 8.625/93 artigos 26, I, 'a' e 80; Código Civil, artigo 53 e seguintes; Lei Complementar Estadual nº12/93, lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, artigo 37, I, 'a'; art. 14, II, da Resolução 03/2010 CPJ/PI e Decreto-Lei nº. 41/66 para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
Av. Lindolfo Monteiro nº 911, 3º andar (Núcleo Cível)
Ed. Maria Luiza Fortes, Bairro Fátima
Teresina-PI

relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CR, art. 129, inciso II);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe, respeitando-se o disposto no art. 8º, I, da Constituição da República atuar junto às associações e sindicatos;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO não ter sido recebida a documentação solicitada por este Ministério Público através do Ofício nº 111/2022 – 25ª PJ/MPPI;

CONSIDERANDO a necessidade de pré-definir os horários de fornecimento de água os quais devem ser amplamente divulgados para fins de conhecimento dos usuários dos serviços;

RESOLVE,

RECOMENDAR ao Sr. Presidente da Associação de Moradores do Povoado Santa Rita que se abstenha de realizar o corte do fornecimento de água nos horários relatados na reclamação, quais sejam, realizar entre o período das 9 horas às 17 horas, e, após as 19 horas até as 05 horas.

Nesse tipo de situação, a fim de não ocasionar prejuízos à população local, e, levando-se em consideração as jornadas normais de trabalho, nas quais, grande parte dos trabalhadores não a exercem no interior de suas habitações, entende este Ministério Público, **em não sendo possível manter integralmente disponível o fornecimento de água, que seja disponibilizado o acesso, durante a manhã, do horário das 05 (cinco) horas da manhã às 09 (nove) horas; no período da tarde, das 12 (doze) horas às 14 (quatorze) horas, e, à noite, das 19 (dezenove) horas às 22 (vinte e duas) horas.**

Esclareço que recai ao presidente e à direção executiva da associação o encargo de realizar a divulgação nas dependências da pessoa jurídica e, também, à população local

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA
Av. Lindolfo Monteiro nº 911, 3º andar (Núcleo Cível)
Ed. Maria Luiza Fortes, Bairro Fátima
Teresina-PI

diretamente interessada, obrigação essa que deve ser realizada concomitantemente às mudanças no horário de fornecimento de água.

Circunscrito ao exposto, são os termos da presente recomendação administrativa do Ministério Público, a qual deve ser efetivada **no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias**, comunicando-se e comprovando-se junto a esta promotoria de justiça através do endereço eletrônico (nucleodaspromotoriasciveis@mppi.mp.br) a divulgação dos horários aos associados e à população local diretamente interessada.

Por fim, esclareço que a comprovação e efetivação do que se recomenda a partir deste documento, pode ainda ser realizada diretamente nos autos do procedimento administrativo a partir do seguinte canal:

Obs1: Todas as movimentações procedimentais podem ser acompanhadas pelo Sistema Eletrônico SIMP, encontrado no endereço eletrônico <https://www.mppi.mp.br/internet/>, sob o número 0000005-426/2022;

Obs2: As comprovações destacadas acima devem ser juntadas ao SIMP nº 000005-426/2022, seguindo passo-a-passo do link a seguir: <https://www.mppi.mp.br/peticao-externa/manual#acesso-sistema>.

Cumpra-se. Registre-se no SIMP.

Teresina-PI, data do sistema.

JOSÉ REINALDO LEÃO COELHO
Promotor de Justiça
25ª Promotoria de Justiça de Teresina